



Luís Campos e Cunha Ser diferente na *crifi*

A banalidade é que Portugal está mergulhado numa profunda crise económica e social; a novidade é que poderia ser diferente.

A crise financeira internacional —a *crifi*— tem um impacto na sociedade portuguesa que não pode ser menosprezado. Seria populismo, demagogia e, pior, seria mentira. Sem esquecer o que foi dito, há muito que se pode fazer para minorar a situação e criar as condições de progresso da nossa economia no futuro próximo.

A somar à *crifi* temos problemas na nossa casa que não devem ser esquecidos: fraco crescimento, desequilíbrios macroeconómicos fundamentais e de longa data (estou a pensar no défice externo e no défice público), justiça que não funciona (os exemplos dos últimos dias fazem doer os dentes), centros das cidades abandonados, educação (incluindo universida-

des) a funcionar deficientemente, saúde, injustiças sociais, ... Estes problemas, que já existiam, poderão ser exacerbados ou minorados pela *crifi*, e somam aos que, agora, advêm da economia internacional.

Como tem sido defendido, os problemas maiores que enfrentamos derivam, neste momento, da *crifi*. Isto é verdade, mas tal implica também que a solução para esses problemas só pode vir da economia internacional. Nada de nada o Governo do nosso país pode fazer para os resolver, o que põe de lado o activismo desconexo e atabalhoado — logo prejudicial — das autoridades nacionais. Resta deixar os estabilizadores automáticos funcionar, reforçar temporariamente alguns apoios sociais e tomar alguma medidas de despesa. Basicamente, antecipar pequenos projectos que no futuro até poderão representar poupanças orçamentais. A política seguida não é essa, bem pelo contrário.

Se aceitarmos que os *spreads* da dívida nacional, face à Alemanha, são uma medida do que o mundo dos investidores pensa da nossa economia podemos retirar algumas conclusões. Por exemplo, a 15 de Outubro, o nosso *spread* era ligeiramente pior que o Espanhol (ie, 3 pontos base mais alto); uma vez apresentado o Orçamento (OE-09), ficou a uma distância significativa e mais alta, ou seja, pior. Actualmente ronda os 50 pontos base. Já finais de Janeiro, a Itália passou a ter um *spread* melhor (mais baixo) que Portugal —caso que não recordo que tenha acontecido desde há 15 anos. O que aconteceu em finais de Janeiro?

Apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e da Iniciativa para o Investimento e Emprego (IIE). Foi assim que os mercados receberam os documentos fundamentais de política económica do Governo: OE-09; PEC; e IIE.

Para se delinear um programa, deveríamos pensar no que não podemos fazer. Porque eu só vejo políticos convertidos em keynesianos e que não têm uma ideia do que ele disse, quando o disse e porque o disse. Para eles, keynesianismo é gastar primeiro e pagar depois. O problema é que quem paga somos todos nós quando eles fizerem parte da história como maus exemplos.

Segundo, deveríamos pensar como nos queremos apresentar aos investidores internacionais quando a crise estiver a passar. Se, daqui a um ano, a economia internacional estiver a recuperar,

como queremos atrair investidores, que indicadores lhes queremos mostrar para os convencer a confiar na nossa economia, que desequilíbrios serão aceitáveis? Para além dos subsídios e das isenções de impostos que são custosos e de duvidosa eficácia, que País queremos apresentar? Certamente, que vamos ter um País endividado como nunca esteve; um País que será visto (já é visto) como um País de alto risco. Basta ver a pressa com que se lançam concursos e se fecham contratos de grandes projectos, cujos custos sofrerão grandes derrapagens porque os estudos técnicos foram feitos sob pressão eleitoral.

O que dói é que, para Portugal, esta crise tem aspectos que nos são particularmente favoráveis. A queda dos preços do petróleo e dos bens alimentares, que justificaram os nossos problemas há um ano, beneficiam-nos, agora, mais do que a outros países. Do ponto de vista orçamental, em 2007, de facto Portugal era apresentável, o que também nos poderia ter favorecido. O mesmo não direi dos resultados orçamentais de 2008 que provaram que a casa ainda não estava arrumada, apenas apresentável: podíamos receber amigos mas não podíamos convidar visitas de cerimónia.

Além disso, não tínhamos tido uma bolha imobiliária como a Espanha ou a Irlanda, nem sequer algo parecido. E, muito importante, não tínhamos activos tóxicos, nem comprados aos Estados Unidos, nem de produção nacional. O nosso sistema bancário tinha concedido muito crédito, nomeadamente à habitação, mas tinha feito uma notável avaliação de risco, pelo que não produziu activos tóxicos em montantes relevantes. O Banco de Portugal tem aqui um quinhão dos louros, pese embora estar na moda ser bater no supervisor.

Para se delinear um programa, deveríamos pensar no que não podemos fazer. Porque eu só vejo políticos convertidos em keynesianos e que não têm uma ideia do que ele disse, quando o disse e porque o disse. Para eles, keynesianismo é gastar primeiro e pagar depois. O problema é que quem paga somos todos nós quando eles fizerem parte da história como maus exemplos.

Por tudo isto, daqui a um ano, quando a crise —esperemos— estiver passada, Portugal poderia estar numa posição relativa melhor do que aquela que tinha à partida. Mais uma vez, não estou a dizer que a crífi poderia ter efeitos de pequena monta, apenas que fariam menores estranhos na nossa economia do que em outras congéneres se outra política tivesse sido seguida.

Lamentavelmente, os factores que minorariam os efeitos da crise, em Portugal, foram esmagados por políticas incorrectas e atabalhoadas. Foi pena, mas já é tarde. ●

Artigo publicado originalmente no jornal *Público*.

